

LULA E FHC: DUAS INSTÂNCIAS ENUNCIATIVAS, UM GÊNERO TEXTUAL E “ATÉ” UM MARCADOR ARGUMENTATIVO

- Uma análise dos discursos de posse de Lula e Fernando Henrique Cardoso -

Leosmar Aparecido da SILVA¹

RESUMO

Este artigo tem por finalidade fazer uma análise comparativa entre os discursos de posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e o discurso de posse de Lula, em 2003, à luz dos postulados teóricos da Análise do Discurso de linha francesa. Aspectos convergentes e divergentes dos dois discursos serão abordados e, por último, centraremos a nossa análise nos efeitos de sentido produzidos pelo marcador argumentativo “até” nos dois textos em questão.

Palavras-chave: Discurso. Lula. FHC. ATÉ. Análise do Discurso.

1. Considerações iniciais

Este artigo tem o propósito de fazer uma análise comparativa entre os discursos de posse de Luís Inácio Lula da Silva, proferido em 01/01/2003 e o discurso da primeira posse de Fernando Henrique Cardoso, ocorrida em 01/01/1995. Essa análise será sustentada pelas teorias da Análise de Discurso de linha francesa e, em seu conteúdo, num primeiro momento, abordará as semelhanças e diferenças entre os dois discursos e, num segundo momento, descreverá os usos e os efeitos de sentido da partícula “até” em cada um dos textos. Antes, porém, de centrarmos nesses dois momentos, faremos uma breve consideração teórica sobre gêneros textuais e, em especial, o gênero “discurso de posse”.

2. Uma distinção

Durante nossa análise, o leitor pode estranhar ao nos referirmos a **discurso** enquanto conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva (FOUCAULT, 1995) e **discurso** enquanto um gênero textual – o discurso de posse, no nosso caso. O primeiro tipo de discurso é imaterial, constitui uma dispersão; seus elementos não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Segundo Marcuschi (2002, p. 24) “é aquilo que um texto produz ao se

¹ Aluno do curso de Mestrado em Letras e Linguística pela UFG.

manifestar em alguma instância discursiva”. Já o segundo tipo é material, concreto, linguisticamente palpável, um gênero textual.

Assim, ao pronunciar o “discurso” de posse, Fernando Henrique e Lula instauram um “discurso”, que revela ideologias, sujeitos, efeitos de sentido, retórica, formações imaginárias, formações discursivas e outros conceitos concernentes à proposta da Análise do Discurso de linha francesa.

A palavra “gênero” sempre foi bastante utilizada pela retórica e pela literatura com um sentido especificamente literário. Isso é observável na identificação dos gêneros clássicos (o épico, o lírico e o dramático) e na identificação dos gêneros modernos (o romance, a novela, o conto, o drama e outros).

Bakhtin (1997) foi o primeiro estudioso da linguagem a empregar a palavra “gênero” com um sentido mais amplo, referindo-se também aos *tipos textuais* que empregamos nas situações cotidianas de comunicação. Para ele, todos os textos que produzimos apresentam um conjunto de características relativamente estáveis, tenhamos ou não consciência delas. Essas características configuram diferentes gêneros textuais, que podem ser identificados por três aspectos básicos coexistentes: o assunto, a estrutura e o estilo. Assim, a escolha do gênero não é completamente espontânea, pois leva em conta um conjunto de parâmetros essenciais, como: quem está falando, para quem, qual é a finalidade do que é dito e qual é o assunto do texto, aspectos pragmáticos de natureza extralingüística.

Maingueneau (1997, p. 53) considera que

há cada vez a tendência para empregar *gênero de discurso* para os dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos: o *fait divers*, o editorial, a consulta médica, o interrogatório policial, os pequenos anúncios, a conferência universitária, o relatório de estágio etc. A análise do discurso, enquanto relaciona palavras com lugares, concebe um papel central aos *gêneros de discurso*.

Esse autor considera ainda que o gênero de discurso tem uma incidência importante para a interpretação dos enunciados, já que não se pode interpretar um enunciado se não se souber a que gênero o ligar.

Marcuschi (2002, p. 19), ao considerar os gêneros textuais² como “entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa” (p. 19), diz que existem critérios que norteiam a noção de gênero textual,

² Marcuschi usa a terminologia gêneros textuais para designar as várias realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas. Bronckart (1999) faz uso da terminologia gêneros do discurso para dizer que eles são as verdadeiras unidades verbais, já que se situam claramente em um nível de análise correspondente ao da atividade e das ações.

dentre eles “a ação prática, a circulação sócio-histórica, a funcionalidade, o conteúdo temático, o estilo e a composicionalidade.”(p. 24).

Nos discursos de posse, foi possível perceber que tais critérios estão presentes. A ação prática se entrevê no ato de discursar como forma de efetivar um cargo que está sendo preenchido naquele momento. A circulação sociohistórica está diretamente ligada ao contexto de produção e de propagação de tais discursos. Em relação ao conteúdo temático, ao que parece, grande parte dos discursos de posse possuem o mesmo teor: projeção para o futuro, referência à mudança, necessidade de reformas, problemas sociais do país. Embora cada pessoa-instância discursiva seja única e apresente um estilo próprio, é possível que a essência de cada discurso constitua a mesma já que, como dissemos, constitui um gênero. Daí apresentar *características relativamente estáveis*, como diz Bakhtin. Por fim a composição do discurso de posse segue a composição de uma carta-aberta. Dependendo do locutor e do interlocutor, ele se apresenta mais formal ou menos formal. Normalmente, inicia-se com os cumprimentos (da mais alta autoridade para as mais baixas), depois se centra no conteúdo temático sobre o qual quer fazer menção para depois fazer a despedida ou os arremates finais.

É interessante observarmos que, nos gêneros discursivos, existem as sequências tipológicas, nas quais é possível perceber momentos de descrição, injunção, exposição teórico-argumentativa e narração, fato que contribui para uma heterogeneidade tipológica nos gêneros textuais, especificamente, no gênero discurso de posse.

O que pretendemos, aqui, não é apenas utilizar um gênero textual para fazer análise pura e simplesmente, mas contribuir para que ele seja objeto de ensino, visto que há vantagens na adoção dessa prática, conforme pontua Sousa (2002) com base nos postulados de Barbosa (2002, p. 199):

Os gêneros facilitam a compreensão dos aspectos sócio-históricos fundamentais para o processo de compreensão e produção de textos; permitem que o aluno tenha parâmetros em relação às formas de dizer que circulam no meio social, tendo a chance de compreender e de produzir textos mais eficazes; fornecem instrumentos para que as práticas de uso da linguagem, na escola, tenham um fundamento e uma seqüenciação funcional e exequível.

No próximo tópico, faremos a análise entre os dois discursos de posse para percebermos o que há de comum e o que há de diferente entre eles.

4. Convergências e divergências nos discursos de posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003.

Antes de iniciarmos o percurso de análise dos dois discursos, é interessante observarmos que Foucault (1995) afirma que enunciado tem relação com o seu referencial, com o sujeito que o enuncia, com outros enunciados para, então, emergir como objeto.

Ainda em relação à consideração foucaultiana, duas noções são importantes, nesse primeiro momento: a de sujeito e a de discurso. Para ele, o sujeito do enunciado não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de um enunciado e nem a fonte ordenadora, móvel e constante das operações de significação que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso. O sujeito, resumidamente, seria, então, um lugar, uma instância. Ele reproduz o discurso de outras instâncias discursivas da qual faz ou fez parte. Já o discurso é o espaço em que o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de um lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente.

4.1 - Identidade

Tanto no discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso (FHC) quanto no de Lula, há uma preocupação de os dois sujeitos-lugares marcarem suas identidades. FHC revela-se originário de uma família humilde, porém, tradicional, poderosa, honesta, decidida e serena:

Essa chama eu vi brilhar nos olhos de **meu pai**, Leônidas Cardoso, **um dos generais da campanha do “petróleo é nosso”**, como já brilhara no fim do Império nos olhos de **meu avô abolicionista e republicano**.

Para os **estudantes** que jogavam, **como eu**, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. (cf. anexo 1, p. 1, grifo nosso)

[...]

Com serenidade, **como é do meu feitio**, mas com firmeza. (cf. anexo I, p. 4, grifo nosso)

Lula faz um percurso de sua vida pregressa até chegar ao lugar aonde chegou: a presidência da república. Mostra-se pessoa humilde e trabalhadora que, assumindo o “lugar” de presidente “pode fazer muito mais do que tem feito”:

Quando olho a minha própria vida de **retirante nordestino**, de **menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos**, que se tornou **torneiro mecânico e líder sindical**, que um dia **fundou o Partido dos Trabalhadores** e acreditou no que estava fazendo, que **agora assume o posto de supremo mandatário da nação**, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. (cf. anexo II, p. 7, grifo nosso)

Em ambos os casos, é possível perceber que os sujeitos constituem-se como tal, mas não se constituem sozinhos. Junto a eles estão outros sujeitos ou lugares, postos ocupados por esses sujeitos que, ao enunciarem suas origens, enunciam toda a Formação Discursiva de que participam ou de que participaram. Possenti (2001, p. 79) diz que “uma língua pode ser utilizada não para informar ou descrever algo do mundo, mas, por exemplo, para que o locutor possa exhibir ao interlocutor seu lugar social”. O efeito de sentido de o locutor exhibir seu lugar social num discurso de posse constitui um argumento de autoridade que o legitima para o cargo que está ocupando naquele momento. Daí o efeito argumentativo-retórico da exibição da identidade nesse momento.

Ainda com relação à identidade, é interessante observar que tanto Lula quanto FHC, em muitos momentos, usam o pronome “nós/ nosso (a)”. Esse uso não acontece por acaso. Como a Presidência da República é um lugar e quem o ocupa o faz por meio de eleições diretas numa sociedade democrática, a qual pressupõe um governo do povo e para o povo, tal uso não poderia deixar de acontecer. Não é simplesmente o presidente, que assume o governo, que o está pronunciando, mas a própria instância discursiva que exige dele o uso de um pronome no plural a fim de denotar coletividade, trabalho conjunto, “governo do povo”, aquele que não trabalha sozinho, não é ditador nem mandatário. Vejamos:

Não só por causa de **nossos** sonhos – pela **nossa** imensa vontade de ver o Brasil dar certo, - mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo. (cf. anexo I, p. 2)

E, para isso, basta acreditar em **nós** mesmos, em **nossa** força, em **nossa** capacidade de criar e em **nossa** disposição para fazer. (cf. anexo II, p. 7)

4.2 – O discurso da esperança

Fato interessante é que tanto Lula quanto FHC iniciam seus discursos de posse falando da esperança. Por que a esperança está tão presente no discurso dos dois presidentes?

A linguagem, como processo de simbolização (e simbolização ideológica, já que todo discurso é ideológico), cria na memória discursiva do interlocutor um simulacro da esperança. A esperança seria, assim, a possibilidade de inserção do novo naquilo que já está desgastado. Seria sinônimo de confiança. Os locutores, sabendo disso, utilizam o termo “esperança” também como recurso argumentativo para reiterar, implicitamente,

que “dessa vez será diferente”, que “o meu discurso é diferente de todos os outros que se pronunciaram até agora”.

Cabe, aqui, discutirmos a noção de formações imaginárias, as quais designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Esperança na formação imaginária do destinatário representa tudo aquilo que ele desejou e que ainda não aconteceu. Dessa forma, o destinador lança mão desse desejo e o coloca na condição de esperança, de crença na realização do desejo:

Venho somar minha esperança à esperança de todos nesse dia de conagração.
Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.
Pertencço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. (cf. anexo I, p. 1)

Com essas palavras, FHC inicia seu discurso de posse. O desejo de viver em um país democrático, desenvolvido, livre e justo é de grande parte dos brasileiros, dessa forma, FHC coloca-se como um cidadão brasileiro e, estrategicamente, compartilha esse desejo latente de seus interlocutores.

Lula também inicia o seu discurso falando da esperança. Só que uma particularidade em seu discurso o difere do de FHC. Ao dizer: “a esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos” (cf. anexo II, p. 1), o enunciador faz referência ao período de campanha política em que o candidato adversário fazia propagandas mostrando cenas de pavor e medo sentidos por eleitores, caso um candidato de esquerda assumisse o poder. Esse tipo de referência semidesvelada constitui uma das formas mais complexas em que o discurso do outro se faz presente no discurso de um eu. É o que Authier-Revuz (1998) chama de *heterogeneidade constitutiva*. Essa heterogeneidade é diferente da *mostrada* em que há o discurso relatado, as formas marcadas. A heterogeneidade constitutiva pode ser percebida no uso do discurso indireto livre, da ironia, da antífrase, da alusão, da imitação, da reminiscência em que se joga com o outro discurso (BRANDÃO, 1996, p.46).

4.3 O discurso e a história. O eu e o outro. Modalização. O discurso da mudança

É Benveniste (1995) o teórico que defende a existência da subjetividade na linguagem. Para ele, a enunciação, entendida como processo de apropriação da língua para dizer algo, possui dois planos: o plano do discurso e o plano da história. Na *história*, falam-se de eventos passados, sem o envolvimento do locutor. Tem-se o *ele*, que constitui a não pessoa, o qual está fora da relação de subjetividade. No *discurso*, tem-se um *eu*, um *aqui* e um *agora* marcados linguisticamente. Esse *eu* apropria-se da língua num tempo presente e num lugar determinado, ao mesmo tempo em que instaura a existência de um *tu*. Outros teóricos criticam Benveniste argumentando que a subjetividade é inerente a toda linguagem. Assim, ela existe mesmo quando não se enuncia o *eu*.

A fala dos dois presidentes constitui uma parte específica das representações de um tempo histórico e de um espaço social em que a subjetividade aparece. Quando ambos enunciam, eles o fazem de um determinado ponto de vista. Outros discursos historicamente constituídos emergem na fala deles. É o que alguns teóricos chamam de interdiscurso. Associado a isso, é importante ressaltarmos que aquilo que os dois sujeitos enunciam é planejado e ajustado para o momento (o evento) e para o interlocutor. Daí a noção de intradiscurso.

O discurso de posse, assim como qualquer gênero textual, prescinde do interlocutor. O propósito do que é dito é atuar sobre o interlocutor de maneira persuasiva e ao mesmo tempo subjetiva. Ducrot (1976), o criador da Semântica Argumentativa, analisa elementos da gramática que direcionam para a força argumentativa dos enunciados. A esses elementos da gramática ele chama de operadores argumentativos, uma vez que operam para que o enunciado tenha uma direção ideológica ou outra.

Tanto Lula quanto FHC em seus respectivos discursos argumentam, por exemplo, em favor da política externa. Pode-se dizer que grande parte do discurso de FHC centrou-se na defesa das boas relações internacionais e, para isso, o autor do discurso trouxe, para a materialidade do texto, o discurso de seus opositores para o combater por meio da argumentação. Poderíamos, assim, dizer que FHC dialoga com outros discursos ora para dar mais autoridade à sua fala ora para contrapor visões de mundo e das coisas. O discurso torna-se, então, polifônico já que, pelas marcas linguísticas, é possível perceber outras vozes, conforme afirma Bakhtin (1990).

Quando, por exemplo, FHC afirma que “mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o

perfil de um estado responsável”(cf. anexo I, p. 6), é porque existe um discurso contrário que propõe mudanças um pouco mais radicais do que as que se tinham visto até o momento.

Na defesa da política externa, FHC vai ainda mais longe e diz:

Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, **não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História.** Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem. (cf. anexo I, p. 6, grifo nosso)

Ao usar o modalizador deôntico na forma negativa “não podemos”, o locutor nega categoricamente uma outra voz: a daqueles que supostamente “dão as costas aos rumos da História por mero saudosismo” e que, portanto, não estão atentos ao “desenho da nova ordem”. São anacrônicos.

Conforme Brandão (1996, p. 26), “toda autoridade procura, segundo seus sistemas políticos, legitimar-se, e para tal é necessário que haja correlativamente uma crença por parte dos indivíduos nessa legitimidade”. Dessa forma, para alcançar a crença dos interlocutores e, por conseguinte, legitimar-se como autoridade, FHC convida aqueles que se opõem a ele para combater tudo aquilo que inibe o desenvolvimento:

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação, e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. (cf. anexo I, p. 6)

De maneira análoga a FHC, Lula defende a política externa, principalmente no que diz respeito ao comércio exterior. Mas para ser coerente com aquilo que a sociedade espera de um presidente de esquerda, Lula argumenta em favor da necessidade de haver uma boa relação do Brasil com outros países, tendo em vista uma perspectiva humanista:

por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil **deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.** (cf. anexo II, p. 5, grifo nosso)

Ricoeur (1977), citado por Brandão (1996), atribui à ideologia a função de mediadora na integração social, na coesão do grupo. O que se pode observar no trecho destacado acima é justamente a busca dessa integração social e dessa coesão do grupo a

fim de que o discurso do novo presidente não contrarie interesses de nenhuma categoria de pessoas ou classes sociais. A modalização, marcada linguisticamente pelo verbo “dever” no futuro, revela, na opinião de Lula, uma necessidade do país, contudo, o locutor não se compromete com o que diz porque, estando no futuro, o verbo assevera uma proposição, uma possibilidade, uma incerteza.

Sabemos que antes de ser presidente da República, FHC foi ministro da economia, por dois anos, no governo Itamar. Assim, como forma valorizar o que fez durante o seu exercício no ministério e como forma de buscar a coerência do que diz, FHC apresenta, em seu discurso, uma visão otimista do Brasil:

Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda.
Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento.
As condições internacionais são favoráveis.
O peso da dívida externa já não nos sufoca.
Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer dificuldades.
Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias.
Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos. (cf. anexo I, p. 3)

Lula, que tem um histórico esquerdista e uma ideologia política diferente de FHC, acredita que o modelo econômico, político e social vigente não está bom e que, por isso, a mudança é necessária:

Diante do esgotamento de um modelo, que em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso e de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolher mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. (cf. anexo II, p. 1)

Ao mesmo tempo em que Lula fala da necessidade de mudança, ele procura atenuar o seu discurso dizendo que a mudança deve ser pensada, refletida, feita com os devidos cuidados: “vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia. Mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um roubo voluntarista” (cf. anexo II, p. 1). O uso da atenuação no discurso é uma estratégia do enunciador, porque ele se mostra inovador ao mesmo tempo em que se mostra responsável e cauteloso. Além

disso, procura desautorizar vozes que enunciavam um Lula de extrema esquerda e, por consequência, radical.

4.4 A metáfora como recurso argumentativo e estilístico no discurso

O gênero “discurso de posse”, além de várias outras características, é marcado pelo uso de analogias e metáforas. Tais metáforas são motivadas pela representatividade do evento (posse de presidente da República) e envolvem, normalmente, dois elementos que apresentam características similares. No discurso, elas contribuem para que ele tenha uma plasticidade estética e estilística no uso da linguagem, mas, mais do que isso, elas contribuem para reforçar uma tese ou para autorizar um argumento, constituindo, assim, um recurso argumentativo. Em *Análise do Discurso*, a noção de metáfora é imprescindível, já que significa basicamente “transferência”, estabelecendo o modo como as palavras significam.

Segundo Orlandi (2002, p. 44), “em princípio não há sentido sem metáfora. As palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso a sua literalidade”. Pêcheux (1975), citado por Orlandi (2002), também afirma que o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora, que ocorrem em efeitos de substituição, paráfrase, formação de sinônimos, das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório.

Para dar autoridade ao argumento de que a economia brasileira vai bem, FHC a compara com uma “planta sadia”:

Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois de longa estiagem. As raízes – as pessoas e empresas que produzem riqueza – resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação.

[...]

Chegou o tempo de crescer e florescer. (cf. anexo I, p. 3)

Além das observações feitas até agora, é importante ressaltarmos que, segundo Gregolin (1995, p. 19), “o enunciador quer fazer o enunciatário crer na verdade do discurso. Por isso, ele tem um fazer persuasivo e o enunciatário tem um fazer interpretativo. Há um contrato de veridicção entre enunciador e enunciatário”. Esse fazer interpretativo se dá pela observação e análise das marcas deixadas pelo enunciador, as quais constituem estratégias discursivas. Os pressupostos, os subentendidos e as metáforas são exemplos dessas marcas que embutem as imagens do enunciador e do enunciatário, os seus sistemas de crenças, a sua identidade etc.

Lula, assim como FHC, utiliza metáforas em seu discurso também como recurso argumentativo e o resultado da utilização delas implica uma representação do locutor, do interlocutor e efeitos de sentidos diversos, tal como afirma Possenti (2001).

Ao falar sobre a necessidade de mudança, Lula procura não se comprometer em realizar mudanças radicais e em curto espaço de tempo. Daí utiliza-se de uma metáfora para representar simbolicamente o que foi enunciado:

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; **teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados**, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que **ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores**. (cf. anexo II, p. 1, grifo nosso)

Em outro momento, Lula utiliza uma metáfora bastante cotidiana, mas o efeito de sentido dos itens lexicais, que estão no seu escopo revela muito mais enunciados do que os que foram materializados. Vejamos:

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da nação, de modo que o Brasil supere a estagnação atual e para que **o país volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social**. (cf. anexo II, p. 3, grifo nosso)

Fato interessante no uso dessa metáfora é que Lula fala de um “mar aberto de desenvolvimento econômico e social” não o projetando para o futuro como fez na maior parte de seu discurso, mas para o passado, para a memória (discursiva, talvez). O verbo “voltar” constitui um marcador de pressuposição, uma vez que instaura o enunciado de que, antes da “atual estagnação”, o país viveu um período de desenvolvimento. Só que esse período não é delimitado. Assim, o interlocutor pode se perguntar a que momento histórico Lula faz referência, já que sempre circulou, em nosso país, o lugar-comum, marcado ideologicamente, de que “o Brasil nunca saiu da crise”.

4.5 Outras considerações

Em ambos os discursos, os enunciadores fazem referência ao povo brasileiro como povo maduro, otimista, solidário, trabalhador. Fazem referência também às classes que, normalmente, sofrem preconceitos raciais como negros e índios. Tanto Lula como FHC fazem projeções para o futuro, o que é uma característica desse gênero

textual. Daí o uso de verbos performativos no tempo futuro, como: cuidaremos, apoiaremos, contribuiremos, procuraremos, aprofundaremos, enfrentaremos etc. E ambos falam de justiça social, reformas, apoio do povo brasileiro, fim da miséria e outras temáticas.

5 Os usos do marcador argumentativo “até” nos discursos de posse de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva

Possenti (2001) propõe a eliminação da dicotomia língua-discurso, entendendo a língua como objeto teórico e discurso como objeto empírico. Para ele, as escolhas lexicais presentes na forma material do texto refletem o desejo do interlocutor em produzir determinado efeito de sentido.

Como já vínhamos realizando pesquisa sobre o item “até” no Português Brasileiro, faremos algumas considerações sobre os efeitos de sentidos de seus usos nos discursos de posse ora analisados.

Na língua portuguesa, o item “até” apresenta-se em suas diferentes realizações como preposição, advérbio e conjunção. É considerado, ainda, palavra de inclusão e indica limite de tempo, no espaço ou nas ações. No discurso de posse de FHC, foram identificados apenas dois usos do termo “até” e no discurso de Lula foram identificados cinco usos.

Ao falar sobre a geração de empregos e o empenho do governo em ações específicas, FHC enuncia:

[o governo] se jogará por inteiro no grande desafio que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região, que é de todos e não apenas dos excluídos de diminuir as desigualdades até acabar com elas. (cf. anexo I, p. 7, grifo nosso)

Nesse uso, a forma lingüística “até” não significa sozinho, mas é instrumento fundamental no processo de produção de sentido, se consideradas as Condições de Produção do discurso. O “até”, nesse caso, não constitui um modal, mas há implícito um aspecto deôntico que indica uma certeza, uma insistência e uma intensidade em realizar aquilo que foi asseverado na proposição. Dessa forma, podemos entender que o limite das desigualdades é o fim delas, já que o “até”, nesse caso, indica delimitação temporal. É possível observar, também, que o uso do termo revela um enunciador forte e insistente, que tem objetivos traçados e metas a cumprir.

Já quase no fim de seu discurso, FHC faz seus agradecimentos e, dentre as entidades a que ele agradece, aparece o Congresso Nacional:

Ao Congresso a que pertenci **até** hoje, e que nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República. (cf. anexo I, p.10, grifo nosso)

Aqui, o termo “até” funciona como marcador de limite no tempo mais prototípico que o uso anterior. Além disso, revela a passagem do locutor de uma instância de poder para outra. Mais uma vez o enunciador se revela. Mostra-se um sujeito marcado pelo lugar, ou seja, a posição e o papel social que ele ocupa no momento em que enuncia o discurso. Até aquela data, tinha-se uma formação imaginária de FHC. Agora que ele é empossado como Presidente da República a formação imaginária passa a ser outra.

Vejamos, agora, os usos que Lula faz do termo “até” em seu discurso:

[o povo brasileiro] construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória **até**, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. (cf. anexo II, p. 4-5, grifo nosso)

Esse primeiro uso que Lula faz do “até” é interessante porque o item, nesse caso, é inclusivo. Ele pode ser substituído pelo “também”, mas, ao mesmo tempo, mostra que o adjetivo que o antecede - contraditória - é irrelevante, tendo-se em vista que o argumento posterior tem mais força: “mas que se entende de uma ponta a outra do território”. O item lexical “contraditória” que, de início, parecia ter um sentido negativo em relação ao povo brasileiro passa a ter, no final do parágrafo, um sentido positivo, um valor que o país possui. Está em relevo a ideia de que é possível ter unidade num país diverso e contraditório.

O segundo uso que Lula faz do termo em questão também instaura uma inclusão e ao mesmo tempo uma denúncia: aquele que não deveria deixar a civilização à revelia a deixa:

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e **até** mesmo do Estado. (cf. anexo II, p. 6, grifo nosso)

No trecho acima, podemos perceber que, na expressão “nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor”, Lula refere-se a ele como o novo, o representante da mudança, mas, ao mesmo tempo, ele é o próprio povo brasileiro em geral. O uso poético-metafórico-ideológico do verbo “desenhar” ganha o sentido de “inscrever-se na história” a seu modo, sem o apoio das elites, das instituições e do estado, a instância que não deveria deixar de dar apoio para a civilização. O escopo do “até”, nesse caso, coloca no Estado, que deveria ser “a mãe gentil”, toda a responsabilidade de deixar “os filhos desse solo” à revelia, soltos, rebeldes, construindo história por suas próprias forças.

Em relação ao terceiro uso do “até”, o que há de interessante é a modalização que a ele se associa para produzir sentido no texto:

O Brasil **pode** dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso **devemos** exigir muito de nós mesmos. **Devemos** exigir **até** mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. (cf. anexo II, p. 7, grifo nosso)

Os verbos “poder” e “dever”, usados no trecho acima, modalizam o discurso, respectivamente, no sentido da possibilidade e da obrigação. O “até” nesse caso, para ganhar um sentido mais contundente, associa-se à palavra “mais” e forma com ela uma expressão: “até mais”. A proposta do enunciador é, nesse caso, a de ultrapassar o limite de exigência instaurado pelo pensamento (“até mais do que pensamos”) para atingir a completude na história e no cumprimento de nossa missão.

O quarto uso do “até” no discurso de Lula equipara-se ao segundo uso que FHC faz do mesmo termo. O item lexical marca um limite no tempo: “cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos **até** hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais”. Nesse caso, o “até” é responsável pelo estabelecimento de uma relação entre o passado, o que já foi feito quando Lula ainda não era presidente, e o presente, quando Lula torna-se presidente. Só que é um limite que, na verdade, revela uma continuidade. Seria o mesmo que dizer: “fizemos muito e vamos continuar fazendo mais”. A mudança de posição do sujeito-lugar marca uma mudança também nas ações: quantitativamente elas serão mais intensas.

No trecho: “agradeço a Deus por chegar **até** aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um de meu país” (cf. anexo II, p. 7, grifo nosso), Lula faz uso de um até mais concreto, com sentido espacial. Aqui o enunciador, por meio do referido item, revela a importância que o cargo presidência da República representa para ele, uma vez

que, segundo os fatos, Lula disputou três eleições presidenciais para finalmente, na quarta vez, ser eleito. Observemos que houve, nesse caso, uma transferência de sentido, uma metáfora do cotidiano. Normalmente, o “aonde” é usado para indicar lugar e, nesse caso, foi usado para referir-se ao cargo que Lula estava ocupando.

Por fim, é interessante observar que, ao mesmo tempo em que Lula considera a Presidência da República o limite máximo de seu percurso político, ele dialoga com o discurso da democracia quando diz ser o servidor público número um do Brasil.

6. Considerações finais

Durante todo o nosso percurso de análise, foi possível perceber que tanto Lula quando FHC são oradores por excelência, mas com algumas diferenças. A principal delas é que o discurso de Lula tende mais à informalidade. Isso é perceptível pelas marcas da língua falada em seu discurso. Já discurso de FHC tende mais à formalidade e relaciona-se aos padrões da língua escrita. Numa perspectiva, é possível dizer que a voz que Lula enuncia é a voz operária, sem formação acadêmica, aprendiz da experiência enquanto que a voz de FHC é das classes abastadas, com formação acadêmica, aprendiz dos livros. A constatação desse fato é, justamente, o grau de formalidade dos dois discursos. Basta olharmos como cada um encerra seus discursos. FHC diz: “muito obrigado” e Lula diz: “viva o povo brasileiro!”.

Essa diferença no tratamento da formalidade e da informalidade revela nuances estilísticas. Sobre elas, Possenti (2001) afirma:

o estilo não é apenas um jogo de formulações mais ou menos elegantes ou adequadas em termos de forma de um texto, mas a demonstração de que a constituição alternativa de um discurso resulta numa representação do locutor, do interlocutor, e implica efeitos de sentido muito diversos, mas depreensíveis na instância pragmática da enunciação. (p. 149)

Outro fato que marca os dois discursos é, enfim, a relação temporal de cada um deles. FHC centra-se mais no tempo presente e quase não projeta seu discurso para o futuro. Isso se deve ao fato de que ele já fazia parte do governo, portanto, valem as idéias da continuidade. Lula faz muito mais referência ao tempo futuro, uma vez que, ele ainda não fazia parte do governo. Além disso, segundo ele mesmo, o seu governo é a materialização da mudança, é representação do novo, portanto, é preciso “projetar o futuro”.

ABSTRACT

This paper aims to make a comparative analysis between Lula's speech, in 2003, and Fernando Henrique Cardoso's speech, in 1995. Our theoretical reference is French Analyze of Speech. Furthermore, we will talk about the effects' sense of the particle "até" in each text in question

7. Referências

- ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. "...Até em funcionalismo cognitivo". In: CAMPOS, O. A. *Descrição do português: abordagens funcionalistas*. Revista Série Encontros. FCLAr/UNESP-Ar, Ano XVI, n. 1 Araraquara, 1999.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Yara F. Vieira. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*. : Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos; por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística*. Trad. Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1976.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1999.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. "A Análise do Discurso: conceitos e aplicações". In: *Alfa: revista de Lingüística*. São Paulo: 39, 1995.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 6 ed. São Paulo: contexto, 2001.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- _____. *Análise do Discurso*. Campinas, SP: 1989.
- _____. *Os termos chave da Análise do Discurso*. Trad. Maria Adelaide P. P. Coelho da Silva. Lisboa: Gradiva, 1997.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade". In: DIONÍSIO, Ângela Paiva (org.). *Gêneros textuais e ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- ORLANDI, Eni. P. *Análise de Discurso*. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2002.
- _____. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SOUSA, Kátia Menezes de. *A redação no vestibular: textos que realizam gêneros ou tipologias?* Tese de doutorado. Araraquara/SP: Unesp, 2002.
- www. radiobras.gov.br